

O CONTABILISTA: UMA ALAVANCA NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AUTORIA: Maria Elisabeth Pereira Kraemer

Contadora, CRC/SC nº 11.170, Professora e Integrante da Equipe de Ensino e Avaliação na Pró-Reitoria de Ensino da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. Mestre em Relações Econômicas Sociais e Internacionais pela Universidade do Minho-Portugal. Doutoranda em Ciências Empresariais pela Universidade do Museu Social da Argentina. Integrante da Corrente Científica Brasileira do Neopatrimonialismo e da ACIN – Associação Científica Internacional Neopatrimonialista.

E-mail: beth.kraemer@terra.com.br TELEFONE/FAX: (0XX) 47-3446558

Para baixar o artigo completo, com figuras e quadros, acesse:
[http://www.gestaoambiental/recebidos/RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA ALVANCA PARA A SUSTENTABILIDADE.pdf](http://www.gestaoambiental/recebidos/RESPONSABILIDADE_SOCIAL – UMA ALVANCA PARA A SUSTENTABILIDADE.pdf)

Resumo

Desde a culminação da revolução industrial até os dias atuais, o modelo de desenvolvimento implantado pelas nações sempre foi idealizado sem se levar em conta o respeito à natureza, à qualidade de vida da humanidade e o impacto causado por este sobre a realidade e as condições sociais das populações envolvidas, levando o nosso planeta a atual situação de degradação e devastação ambiental, pobreza e miséria, espalhando assim um imenso caos. Nos últimos tempos, as organizações empresariais e conseqüentemente a contabilidade, têm-se influenciada pelas incidências de novas variáveis: novas tecnologias, consideração primordial do ativo humano, na racionalização dos custos, gestão dos custos por atividades, etc., que vem contemplar e aperfeiçoar a doutrina existente. Neste sentido, a Contabilidade, vista como um sistema de informação da situação e da evolução patrimonial, econômica e financeira da empresa, deve incluir, em seus relatórios, todos os dados relacionados ao meio ambiente, facilitando o acesso a mais esta informação ao seu grande número de usuários, auxiliando-os no processo de tomada de decisão. O contador deve participar de forma ativa neste processo de planejamento, avaliação e controle das questões sociais e ambientais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados. Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar às empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

1 - Introdução

A preocupação mundial em torno do meio ambiente caminha para um consenso em torno da adesão a um novo estilo de desenvolvimento que deve combinar eficiência

econômica com justiça social e prudência ecológica. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos com objetivo de atingir o bem-estar geral no futuro.

Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade de negócios em termos de responsabilidade social, do consumidor, desenvolvimento de produtos, passivos legais e considerações contábeis. Nesse cenário, é cada vez mais árdua a tarefa do administrador no tratamento desses assuntos na Contabilidade e sua divulgação. A complexidade da atividade de certas empresas muitas vezes é fator que dificulta o tratamento a ser dado no registro e na divulgação de, principalmente, os chamados passivos ambientais. Este assunto envolve julgamento e conhecimento específico, daí a necessidade de envolver não somente a alta administração e a classe contábil, mas também engenheiros, advogados, juristas, etc.

Portanto, a participação da Contabilidade é de extrema importância, pois vai despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, em sua gestão empresarial, a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica.

Hoje, a Contabilidade mede somente os elementos que possuem preço. Conforme Gray (2003), a maioria desses elementos ambientais não carrega rótulo de preço e pode, portanto, ser ignorado. O mesmo autor diz que a primeira tarefa da contabilidade ambiental é compreender melhor este processo e os processos sociais relacionados. A segunda é buscar formas através das quais a Contabilidade possa ser ajustada dentro da atual ortodoxia, visando encorajar uma maior interação social e ambiental benigna.

Diante disto, a Contabilidade Ambiental é o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhora periódica de tais procedimentos.

Junto a essas variáveis, se encontra ainda o respeito ao meio ambiente, cuja incidência econômica, sócio-jurídica e cultural está fora de toda dúvida e cujo impacto deve ser reconhecido na Contabilidade.

2.- O desafio para a educação no século XXI – alfabetização ecológica - a educação para a sustentabilidade

Capra (2002) observa a integração entre o homem e o planeta, da comparação entre Oriente e Ocidente ao inevitável desenvolvimento sustentável e ecológico pelo qual milita hoje. Acredita em uma crescente importância da alfabetização ecológica neste século.

Nessa direção, o físico aponta a necessidade de uma reforma escolar que trate de desenvolver novos processos de se aprender e um novo processo de lideranças, envolvendo crianças, professores, pais e funcionários da nova escola, pois o novo ensino será uma troca cíclica e não uma relação hierárquica.

As crianças não são potes vazios à espera de serem encheidos. Como teoria a sustentar as aplicações práticas na nova escola, Capra (2002) elegeu o que chama de princípios de sustentabilidade, ou fatos básicos da vida, com que as crianças tomam contato nos seus projetos-piloto. Um postulado básico é “o que sobra de certas espécies alimenta outras”.

A ignorância ecológica é a principal responsável pelos problemas atuais, diz Capra. Ele considera que os crimes ecológicos são, em grande parte, produtos desta ignorância. Parte do princípio de que sendo alfabetizado ecologicamente, o ser humano trará, para o cotidiano, atitudes ambientalmente e socialmente corretas, na medida em que internalizará os princípios ecológicos. Esses conceitos ecológicos precisam ser aprendidos desde a infância, sendo incorporados a práticas como a alimentação, o consumo, o respeito à natureza, o trabalho cooperativo, o respeito a diversidade, entre muitos outros.

A aplicação prática compreende uma ponte, uma ligação entre o planejamento humano e os sistemas naturais, cujo postulado, por sua vez é “não extrair da natureza e sim conviver com ela”. A essa ponte ele chama de design ecológico, com uma experimentação de aprendizados no mundo real, em hortas domésticas, plantio, desenvolvimento, colheita e culinária, por exemplo.

Capra é o fundador do Centro de Ecoalfabetização de Berkley, na Califórnia. Ele taxa de “absolutamente injustificável” qualquer distância entre os movimentos sociais e os movimentos ecológicos. Com relação ao atual modelo econômico, aponta a necessidade de adotar novos valores que não estejam voltados exclusivamente para o lucro, mas que incorporem a dignidade humana e a sustentabilidade.

Salienta como fundamental que a ciência reveja sua ética e sua prática. “As atuais parcerias de cientistas com indústrias, voltadas para o lucro de grandes corporações, hoje

vistas como vantajosas, iriam a julgamento em tribunal há 30 anos, por não privilegiarem o bem-estar coletivo”.

O modelo criado pelo Centro dirigido por Capra nos Estados Unidos e adotado pelas escolas municipais de Curitiba – PR trabalha a idéia de proporcionar, aos estudantes, vivências que proporcionem, além do conhecimento, um contato emocional com a natureza. Para ele o Brasil poderá adotar uma rede de alfabetização ecológica.

Curitiba foi considerada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das 60 melhores práticas do mundo em educação e cidadania. O programa Alfabetização Ecológica recebeu, em junho de 2002, o prêmio Parcerias de Estocolmo para Cidades Sustentáveis, entregue durante a comemoração dos 30 anos da primeira conferência da ONU voltada ao meio ambiente, um evento que se realizou em Estocolmo (Suécia).

O físico e ecologista Capra propôs à ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, em 26 de janeiro de 2003, época em que aconteceu o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a criação de um verdadeiro mutirão voluntário internacional para tornar o Brasil um exemplo de nação para o mundo. A idéia de Capra para “viabilizar um novo Brasil” é reunir “os maiores especialistas do globo” em áreas como alfabetização ecológica, agricultura orgânica, energia e remodelagem de processos industriais, para que tragam suas idéias, seus projetos e suas experiências para contribuir com o desenvolvimento de novas políticas públicas no país.

Para a ministra, o Brasil tem que se tornar um exemplo ao trazer soluções pacíficas para problemas da humanidade como o da relação com a natureza, das relações sociais, e isso não irá gerar nenhum tipo de disputa ou atrito frente aqueles que ocuparam posições com o uso da força.

Capra fez as seguintes propostas para o Brasil:

Educação – alfabetização ecológica com centralidade na educação brasileira – articulação com entidades que já trabalhem neste sentido, como o Instituto Ecoar, de São Paulo, e a Fundação Gaia, do Rio Grande do Sul; especialistas de todos os níveis de ensino do globo poderiam ajudar nesse projeto.

Energia – mudança gradual da matriz fóssil (petróleo, carvão, etc) para formas mais limpas e renováveis de energia, com ênfase na energia eólica (força dos ventos) e no hidrogênio; segundo Capra, o hidrogênio está em todos os lugares e existe tecnologia para implantar

células de energia em todas as pequenas cidades brasileiras, tornando-as independentes em termos energéticos, mas infelizmente não existem investimentos nesse sentido.

Agricultura – mudança do modelo químico, baseado na monocultura, no uso de venenos e transgênicos para a agricultura orgânica.

Replanejamento Industrial – o ecologista irá enviar ampla documentação sobre o tema, que é vasto e fragmentado, para que o governo brasileiro possa conhecer e optar por projetos que melhor se enquadrem às realidades locais.

Formular políticas para um Brasil sustentável, de acordo com Capra (2002), significa introduzir uma nova dimensão ética na política. A ética ecológica é um padrão de comportamento que flui através da percepção de que todos pertencemos à comunidade global da biosfera. E nós devemos nos comportar como os outros seres vivos – as plantas, os animais e os microorganismos que formam esta vasta rede da vida, sem interferir com a capacidade surpreendente desta rede de sustentar a vida.

Educação para a Vida Sustentável envolve uma pedagogia que coloca a compreensão da vida com seu ponto central. O educando experimenta um aprendizado no mundo real que supera nossa alienação da natureza, o que reacende um sentido de pertinência e desenvolve um currículo que ensina às nossas crianças os princípios básicos da ecologia, tais como:

- aquilo que uma espécie desperdiça é a comida da outra espécie e a matéria circula continuamente pela teia da vida;
- a energia que guia os ciclos ecológicos emana do sol;
- a diversidade assegura a resiliência;
- que a vida, desde o seu início, há mais de três bilhões de anos, não tomou o planeta por combate, mas por atuar em rede.

Essa pedagogia sugere o planejamento de um currículo integrado, enfatizando o conhecimento contextual, no qual os vários assuntos são entendidos como recursos a serviço de um foco central. Uma maneira ideal de alcançar a integração é aproximar-se da chamada ‘aprendizagem por projetos’, que consiste em facilitar as experiências de aprendizagem ao envolver alunos em projetos complexos e contemporâneos, através dos quais eles desenvolvam e apliquem habilidades e conhecimentos.

O novo capitalismo global, segundo o mesmo autor, pôs em risco e realmente destruiu comunidades locais no mundo inteiro e com a prática de uma biotecnologia

erroneamente concebida, violou a santidade da vida, na medida em que tentou reduzir a diversidade à monocultura, transformar a ecologia numa simples engenharia e fazer da própria vida uma mercadoria.

O grande desafio do século 21 é então, o de mudar o sistema de valores que está por trás da economia global, de modo a torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica.

3 – A nova missão do ensino superior: educar para o desenvolvimento sustentável

O rápido crescimento demográfico, o esbanjamento dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, a pobreza persistente de grande parte da humanidade, a opressão, a injustiça e a violência de que padecem ainda milhões de pessoas, exigem ações corretivas de grande envergadura.

Segundo Morin (2000), os saberes necessários à educação do futuro não têm nenhum programa educativo, escolar ou universitário. Para ele, não estão concentrados no ensino fundamental, no médio, nem no ensino universitário, mas abordam problemas específicos para cada um desses níveis. Eles dizem respeito aos buracos negros da educação, completamente ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos. Programas esses que, na opinião do autor, devem ser colocados no centro das preocupações sobre a formação dos jovens, futuros cidadãos.

Um dos saberes necessários à educação, para Morin (2000), é a condição planetária, sobretudo na era da globalização. Esse fenômeno que estamos vivendo hoje, em que tudo está conectado, é um outro aspecto que o ensino ainda não tocou, assim como o planeta e seus problemas, a aceleração histórica, a quantidade de informação que não conseguimos processar e organizar. Existe neste momento um destino comum a todos os seres humanos.

Compreender a noção de desenvolvimento sustentável na prática educativa é uma noção que continua a ter um sentido muito vago. O mundo desenvolvido não mostra grande entusiasmo perante tal obrigação. Ao contrário, os países em desenvolvimento reconhecem a seriedade da questão, dizendo – e o argumento tem perfeita justificação – que vivem há muitos anos consumindo apenas o estritamente necessário e que têm, pois, o direito de dispor no futuro de uma fatia maior dos recursos.

Para ter acesso a uma melhor qualidade de vida, devemos melhorar os nossos conhecimentos. Maturana (1998) diz que o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma harmônica e ajustada aos outros e ao meio. Para ele, conhecer é viver, viver é conhecer. Diz ainda que todo conhecer é uma ação efetiva que permite a um ser vivo continuar sua existência no mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo.

É preciso progredir no campo da ciência e da tecnologia, das ciências sociais e humanas. Para garantir a qualidade a nível humano, é preciso melhorar também o sistema de valores. A sabedoria consiste, exatamente, na íntima aliança entre conhecimentos e valores.

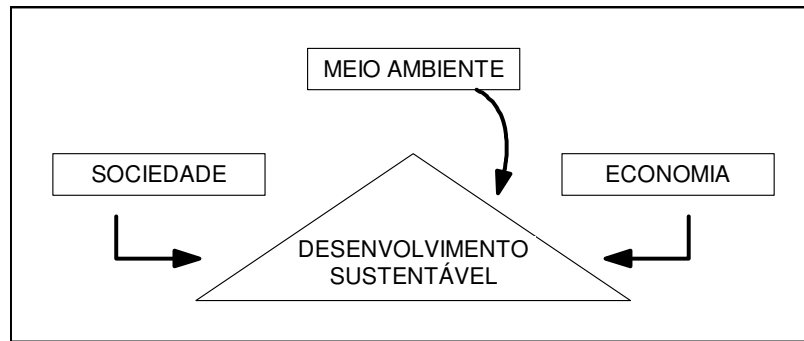
Segundo Mayor (1998), a educação é a chave do desenvolvimento sustentável, auto-suficiente – uma educação fornecida a todos os membros da sociedade segundo modalidades novas e com a ajuda de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se instruir ao longo da vida. Devemos estar preparados, em todos os países, para remodelar o ensino, de forma a promover atitudes e comportamentos que sejam portadores de uma cultura da sustentabilidade.

É aí que entram em jogo as universidades, assim como todos os estabelecimentos de ensino superior, que assumem uma responsabilidade essencial na preparação das novas gerações para um futuro viável. Pela reflexão e por seus trabalhos de pesquisa básica, esses estabelecimentos devem não somente advertir, ou mesmo dar o alarme, mas também conceber soluções racionais. Devem tomar a iniciativa e indicar possíveis alternativas, elaborando esquemas coerentes para o futuro. Devem, enfim, fazer com que se tome consciência maior dos problemas e das soluções através de seus programas educativos e dar, eles mesmos, o exemplo.

Os trabalhos desenvolvidos dentro das instituições de ensino de nível superior têm um efeito multiplicador, pois cada estudante, convencido das boas idéias da sustentabilidade, influencia o conjunto, a sociedade, nas mais variadas áreas de atuação.

Todos os estabelecimentos de ensino superior estão bastante conscientes do papel que devem cumprir na preparação das novas gerações para um futuro viável. As universidades envolvidas partilham a convicção de que o progresso econômico e a proteção ambiental estão indissolúvelmente ligados. Um não tem futuro sem o outro como demonstra a figura 1

Figura 1 Interpretação do Desenvolvimento Sustentável



Adaptado de González & Abadía

A educação está sendo, nos dias de hoje, repensada como uma preparação para a vida: trata-se de garantir a segurança do emprego e a aptidão para o trabalho, de permitir a cada um satisfazer às demandas de uma sociedade em rápida evolução, assim como as mudanças tecnológicas que condicionam hoje, direta ou indiretamente, cada aspecto da existência e, finalmente, de conseguir responder à busca da felicidade, do bem-estar e da qualidade de vida.

Para Kornhauser (2001), a educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente, que abranjam tanto o ensino escolar como a educação informal, que adotem a perspectiva da educação permanente a ser desenvolvida pelos poderes públicos, o setor produtivo, o comércio e as comunidades locais.

4 – A contabilidade: uma alavanca na construção do desenvolvimento sustentável

Nos últimos 10 anos foram feitos progressos verdadeiramente surpreendentes na área de gerenciamento e relatório ambiental e, mais recentemente, o mesmo ocorreu quanto à conscientização sobre a responsabilidade social e a crescente compreensão dos desafios da sustentabilidade. Grande parte deste progresso, conforme Gray (2003), deve-se a iniciativas do setor corporativo e ao considerável apoio dado pela comunidade profissional da contabilidade.

É realmente impressionante a lista de conquistas ultimamente. E mais impressionante ainda é saber que a maior parte do progresso foi possível através de iniciativas voluntárias, inovação e liderança dos setores corporativo e contábil.

A Contabilidade está se movendo rapidamente na direção do bem-estar social. Sua função não pode se restringir a fornecer informações para a melhor alocação dos recursos econômicos, visando unicamente à maximização da riqueza empresarial.

Quanto à conservação do meio ambiente, a contabilidade deverá estar mais envolvida. As empresas estão compelidas a manter a sociedade informada acerca de sua relação com o meio ambiente e das providências que adotam objetivando preservá-lo. Trata-se, portanto, de uma postura baseada na consciência de que não se pode admitir progresso econômico ao preço da degradação ambiental.

Na informação sobre o meio ambiente se deve-se incluir a contabilidade, porque, na atualidade, o meio ambiente é um fator de risco e de competitividade de primeira ordem. A não inclusão dos custos e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa.

O necessário objetivo de conservação do meio ambiente obriga a contabilidade a assumir alguns controles em torno dos seguintes aspectos:

- Fornecimentos: de recursos mínimos e uso extensivo de materiais reciclados ou renováveis.
- Processos produtivos e investimentos em imobilizado: mínimo consumo de água e energia, mínima emissão atmosférica e mínima quantidade de resíduos.
- Características do produto: mínimos vasilhames e embalagens, reciclagem e reutilização dos mesmos.

Portanto, a Contabilidade, entendida como meio de fornecer informações, deveria buscar responder a este novo desafio, atendendo aos usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, subsidiando o processo de tomada de decisão, além das obrigações com a sociedade no que tange à responsabilidade social e à questão ambiental.

Verifica-se, portanto, que por meio da identificação, mensuração e divulgação das referidas informações, a Contabilidade pode contribuir muito com a sociedade e com o governo, buscando soluções para os problemas sociais, pois sendo meio de fornecer informações, deve buscar responder a este novo desafio, satisfazendo os usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, devendo, ainda, contribuir para o sistema de gestão ambiental

4.1 – Desenvolvimento sustentável e contabilidade – princípios da Global Reporting Initiative (GRI)

A Iniciativa de Relatório Global (GRI) é um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, *multi-stakeholder*, cuja missão é elaborar e difundir as Diretrizes para elaboração de relatórios de Sustentabilidade aplicáveis globalmente e voluntariamente, pelas Organizações que desejam dar informação sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais das suas atividades, produtos e serviços.

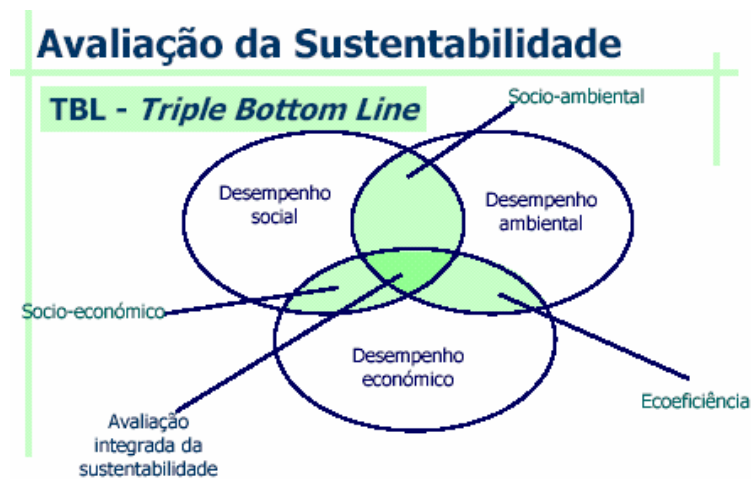
As Diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade abordam os três elementos interrelacionados da Sustentabilidade tal como se aplicam a uma organização.

Econômicos – inclui, por exemplo, os gastos e benefícios, produtividade do trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, e investimentos em educação e outras formas de capital humano.

Ambientais – inclui, por exemplo, impactos dos processos, produtos e serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.

Sociais – inclui, por exemplo a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direitos trabalhistas, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas operações externas. A figura 2 detalha a avaliação da sustentabilidade dos aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Figura 2 – Avaliação da Sustentabilidade



fonte: <http://gasa.dcea.fct.unl.pt>

Estas Diretrizes fornecem um enquadramento para apresentar os relatórios de sustentabilidade, promovendo as possibilidades de comparação entre diferentes organizações ao mesmo tempo que reconhece a utilidade de compilar e apresentar a informação. As Diretrizes compreendem 4 partes:

- **introdução e orientação geral** – informação básica para compreender a necessidade e a natureza da GRI, assim como linhas gerais sobre a concepção e aplicabilidade das Diretrizes;
- **princípios e métodos para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade** – aspectos fundamentais, conceitos e práticas que promovem o rigor, a comparabilidade, e a fiabilidade na elaboração dos relatórios;
- **conteúdo do Relatório da Sustentabilidade** – enquadramento para estruturar um relatório GRI, conteúdo específico e conselhos para completar as várias partes do relatório;
- **anexos** – orientação adicional e recursos para utilizar as Diretrizes.

A GRI visa ajudar as organizações a elaborar os relatórios de modo a que:

- apresentem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, para apoiar a tomada de decisões fundamentadas quanto a investimentos, compras e possíveis alianças;
- proporcionem, às partes interessadas (*stakeholders*), informação credível que seja relevante para as suas necessidades e interesses e que convide a um maior diálogo e informação com as partes interessadas;
- proporcionem uma ferramenta de gestão para apoiar a organização na avaliação e melhoria contínua do seu desempenho e progresso;
- respeitem critérios externos já estabelecidos e comumente aceitos para elaboração de relatórios e os apliquem consistentemente nos sucessivos períodos informativos para garantir transparência e credibilidade;
- se apresentem num formato que seja facilmente compreensível e que facilite a comparação com Relatórios de Sustentabilidade de outras organizações;
- complementem, e não substituam, outras formas de comunicação, incluindo financeira;
- ilustrem a relação entre os três elementos da Sustentabilidade – econômico, ambiental e social.

A GRI é uma ferramenta valiosa no processo de tomada de decisões a três níveis:

- a nível operacional, as Diretrizes proporcionam uma estrutura lógica para aplicar o conceito de sustentabilidade ao funcionamento, serviços e produtos das organizações.

Também dá orientação quanto à criação de sistemas de recolha de dados e informação para estimular e controlar os progressos em relação a objetivos económicos, ambientais e sociais;

→ a nível do Conselho de Administração, as Diretrizes são um veículo interno para avaliar a consistência entre as políticas e o desempenho atual em termos económico, ambiental e social da organização. Conseguir uma maior uniformidade na elaboração dos relatórios mediante a utilização das Diretrizes ajudará as organizações a compararem-se com outras e a serem reconhecidas para melhoria contínua do seu desempenho;

→ de um ponto de vista de comunicação empresarial, as Diretrizes constituem um marco para promover efetivamente um diálogo e um intercâmbio de informação com as partes interessadas internas e externas, relacionados com os benefícios e desafios das empresas para atingir os seus objetivos.

A medida que a maioria das empresas decidam adotar as Diretrizes, as oportunidades de comparar o desempenho dentro e através de setores e países reforçarão a capacidade das partes interessadas para impulsionar contínuos progressos nas práticas empresariais compatíveis com a Sustentabilidade.

A GRI inclui hipóteses e características qualitativas da informação sobre sustentabilidade análogas as das contábeis. Deste modo, os princípios de informação da GRI se estruturam em cinco partes: hipóteses subjacentes, características qualitativas, classificação de elementos, indicadores e políticas de informação. Os princípios subjacentes e as características qualitativas da informação sobre a sustentabilidade da organização aparecem no quadro 1.

Quadro 1 – Princípios subjacentes e características qualitativas da informação sobre sustentabilidade

PRINCÍPIOS OU HIPÓTESES SUBJACENTES

Entidade	Deve ampliar seus limites contábeis para compilar o efeito completo de seus produtos ou serviços.
Alcance	Compilar os aspectos económicos, sociais e ambientais, assim como integrá-los.
Período informativo	A informação deve proporcionar-se no período em que se produza o efeito.
Empresa em funcionamento	A continuidade da empresa é função de aspectos económicos, sociais e ambientais.
Conservadorismo	A informação não deve proporcionar uma imagem otimista acerca da sustentabilidade da empresa.
Materialidade	Proporcionar informação sobre ações relevantes para a empresa e seus <i>stakeholders</i> .

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

Relevância	Resposta aos interesses e necessidades dos partícipes.
Fiabilidade	Descrição válida das ações: objetiva e lógica Neutralidade: aspectos positivos e negativos Integridade: efeitos diretos e indiretos Prudência: sobre aspectos positivos e negativos
Clareza	Dirigido a <i>stakeholders</i> com conhecimentos básicos nos três aspectos.
Comparabilidade	A informação deve ser comparável ao longo de vários períodos e entre diferentes organizações.
Oportunidade	Arbitrar meios para comunicar as ações em função de seu impacto (acidentes ecológicos).
Verificabilidade	A informação deve ser suscetível de verificação.

Fonte: González & Abadía (2002)

Quanto ao princípio de alcance, o informe deve expressar de forma clara que temas têm cobertura entre os que propõem a GRI: ambiental, econômico e social.

O princípio da importância relativa requer interação com o consenso dos *stakeholders* ou partícipes da empresa. A relevância da informação também se determina tendo em conta os interesses e as necessidades dos diferentes partícipes.

A fiabilidade da informação requer que esta seja exata, completa e neutra. A informação é completa na medida que o informe não omite nenhum aspecto dentre os propostos para cada dimensão da sustentabilidade, especialmente aqueles que mostram uma imagem menos favorecedora para a empresa.

O conteúdo dos informes de sustentabilidade se estrutura de acordo com uma hierarquia que começa com a definição de categorias, ou áreas extensas, sobre questões econômicas, sociais ou ambientais de interesses para os partícipes. A figura 3 apresenta um esboço da maneira em que a GRI estrutura a informação e apresenta seu informe de sustentabilidade. No aspecto social, se distingue neste documento as categorias “condições de trabalho”, “direitos humanos”, “fornecedores” e “produtos e serviços”. Os aspectos estão relacionados com as categorias, podendo uma categoria incluir vários aspectos. Dentro dos direitos humanos, a GRI distingue entre os seguintes aspectos: geral, direitos dos povos indígenas e segurança. Estes indicadores permitirão proporcionar informação, normalmente quantitativa, sobre os diferentes aspectos, podendo desenvolver, nestes, diferentes indicadores.

As Directrizes GRI contêm recomendações para a avaliação da sustentabilidade, contemplando indicadores de desempenho agrupados em três secções, abrangendo as dimensões econômica, ambiental e social. A GRI estabeleceu uma hierarquia de elementos de informação para cada uma das dimensões da sustentabilidade, observando três níveis:

√ **Categorias** – áreas ou agrupamentos das questões econômicas, ambientais ou sociais que afetam as partes interessadas.

√ **Aspectos** – elementos relacionados com uma categoria específica. Uma dada categoria pode conter vários aspectos.

√ **Indicadores** – valores específicos de um aspecto concreto que possam ser utilizados para acompanhar e demonstrar o desempenho. A GRI admite que os indicadores possam ser quantitativos ou qualitativos.

No quadro 2 sintetizam-se as categorias e aspectos contemplados pela GRI. As Diretrizes contêm ainda uma descrição pormenorizada dos indicadores que devem ser utilizados para caracterizar os diferentes aspectos.

Quadro 2 – Categorias e aspectos contemplados nas Diretrizes GRI (GRI, 2002)

	CATEGORIA	ASPECTO
ECONÓMICOS	Impactes Económicos Directos	Clientes Fornecedores Empregados Fornecedores de capital Sector público
	Impactes Económicos Indirectos	Externalidades
AMBIENTAIS	Ambientais	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões, efluentes e resíduos Fornecedores Produtos e serviços Cumprimento Transporte Global
SOCIAIS	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego Relações trabalhadores/gestão Saúde e segurança Treino e educação Diversidade e oportunidades
	Direitos Humanos	Estratégia e gestão Não-discriminação Liberdade de associação e negociação colectiva Trabalho infantil Trabalho forçado e compulsório Práticas disciplinares Práticas de segurança Direitos dos nativos
	Sociedade	Comunidade Suborno e corrupção Contributos políticos Competição e preços
	Responsabilidade pelos Produtos	Saúde e segurança dos clientes Produtos e serviços Publicidade Respeito pela privacidade

Fonte: <http://www.globalreporting.org>

Os indicadores para a elaboração dos relatórios abordam os três elementos inter-relacionados da sustentabilidade, tal como se aplicam a uma organização, como segue no quadro 3

Quadro 3 – Elementos e indicadores

Económico	Inclui, por exemplo, os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano. O aspecto económico inclui, embora não se limite só a ele, a informação financeira e respectivas declarações.
Ambiental	Inclui, por exemplo, impacto dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.

Social	Inclui, por exemplo, o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direito trabalhista, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas.
--------	---

Fonte: <http://www.globalreporting.org>

O GRI é um marco para a comunicação (externa) de informação para as empresas, no que diz respeito a:

√ suas atuações para melhorar a sustentabilidade;

√ os resultados destas atuações.

5 – Os desafios do profissional contábil no terceiro milênio – século do conhecimento, sabedoria e da responsabilidade social

O mercado está, a cada dia, mais competitivo. Para atender essa nova demanda do mercado consumidor da Contabilidade, nesta era da informação, do conhecimento, das novas tecnologias, ao profissional contábil também impera o compromisso social, nos meios de comunicação, de veicular informação, traduzi-la, explicando-a sociedade, muitas vezes, leiga.

Com o tempo, o leque de usuários dessas informações cresceu de tal forma que se já tornou difícil delimitar os próprios objetivos da Contabilidade. Para Filho (2000), atualmente, na chamada Sociedade do Conhecimento, em que as organizações são consideradas sob uma dimensão sistêmica e a informação constitui a matéria-prima principal do sucesso, importantes questionamentos são levantados sobre o futuro da Contabilidade. De que forma ela poderá continuar contribuindo para o desenvolvimento social? Que tipo de eventos estará registrando o futuro? Quais seriam os seus objetivos numa sociedade moderna? Como deverá se comunicar com os usuários e quem serão eles.

Outro aspecto relevante a abordar das novas tendências da contabilidade é o impacto da Tecnologia da Informação que pode contribuir de forma ampla com a utilidade das informações contábeis. Esse progresso das mudanças foi tão rápido que, como profissionais, corremos o risco de ficar para trás. Franco (1999), diz que Tecnologia da Informação é mais do que computadores. Ela exige que os contadores estejam cientes das muitas formas como a informação está sendo compilada, analisada e transmitida.

Para Sá (2001), as exigências sociais e ambientais, aquelas do mercado, a luta imperialista, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da

informação, as aplicações científicas cada vez mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram os fatores que inspiraram as modificações conceituais, também em Contabilidade.

Hoje, a Contabilidade mede somente os elementos que possuem preço. Conforme Gray (2003), a maioria desses elementos ambientais não carrega rótulo de preço e pode, portanto, ser ignorado. O mesmo autor diz que a primeira tarefa da contabilidade é compreender melhor este processo e os processos sociais relacionados. A segunda é buscar formas através das quais a Contabilidade possa ser ajustada dentro da atual ortodoxia, visando encorajar maior interação social e ambiental benigna.

Empresas que promovam agressões contra o meio ambiente ou atentem contra os direitos humanos certamente sofrerão grandes dificuldades para competir em mercados globalizados ou então serão definitivamente banidas. Tudo isso expressa uma tendência de que a informação contábil assumirá maior significado do ponto de vista social e que ela será exigida a revelar eventos passíveis de alterar comportamentos em níveis mais amplos, podendo realmente influenciar o destino das empresas. Neste caso é provável que as demonstrações contábeis convencionais não satisfaçam esses objetivos sendo necessários instrumentos mais adequados utilizados para aperfeiçoar o processo de comunicação entre o mundo das empresas e a sociedade onde elas atuam. Para Filho (2000), uma das alternativas seria o Balanço Social, cuja finalidade é divulgar um conjunto de informações sobre o desempenho sócio-econômico da empresa e também a respeito de seu relacionamento com a sociedade.

A Contabilidade, importante ramo do conhecimento humano, ainda não tem dado o destaque necessário e cabível ao tema meio ambiente, como já ocorre em outras áreas. Porém, cabe destacar, que apesar de pequeno, em relação aos demais assuntos tratados na área Contábil, há autores e pesquisadores que vêm examinando as repercussões de impactos ambientais nas organizações e de que forma elas estão geridas e controladas.

Os recursos produtivos que antes se concentravam fortemente em ativos tangíveis, como matérias-primas, máquinas e equipamentos, estão cedendo lugar a fatores que realmente agregam valor e fazem a diferença na qualidade dos produtos e serviços, como o conhecimento, as informações, recursos humanos, tecnologias, etc., e isto são consideradas questões complexas para contabilidade mensurar e reconhecer esses ativos intangíveis.

Este problema Filho (2000) diz que tem acarretado desejo dos usuários das informações contábeis, principalmente os investidos, que a Contabilidade aprimore urgentemente os seus mecanismos de mensuração, a fim de que os demonstrativos contábeis possam evidenciar com maior abrangência o potencial econômico das entidades.

Para um cargo que exige tanta responsabilidade, Cabello & Martinello (2002) dizem que é necessário um profissional altamente qualificado, com boa formação acadêmica, grande conhecimento em economia, administração, contabilidade e, também, bem informado sobre as atualidades.

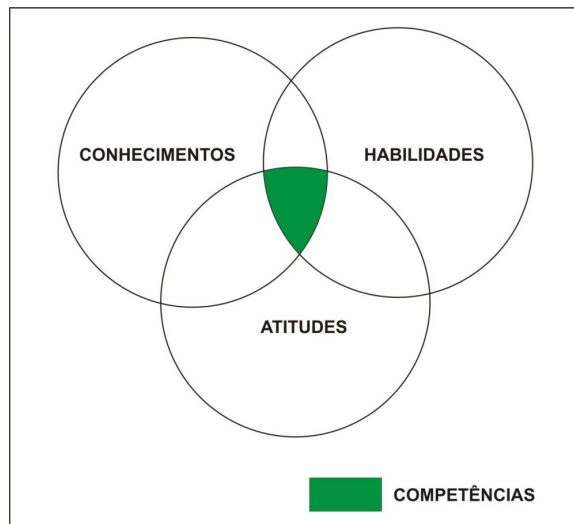
Para Marion (2003), um profissional da área contábil é um agente de mudanças, e como tal este profissional deve mostrar suas diversas habilidades. O contador é o “anjo-da-guarda” de uma empresa, tornando-se seu profundo conhecedor, podendo desta forma atuar em sua continuidade e crescimento.

O contador segundo Nasi (1994) deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu País e no mundo. O contador deve ter um comportamento ético-profissional inquestionável. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

Assim, os contabilistas têm que atuar nesse novo ambiente, que exige informações úteis completas e corretas e em curto espaço de tempo. Seu papel também deve passar por transformações de modo a tornar-se compatível com os novos tempos. Deve ter competência para compreender ações, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações, compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional.

Para Ramirez (2000), as competências e habilidades assumem as seguintes características: “A educação e o desenvolvimento de competências são processos que jamais podem ser considerados plenamente ou definitivamente concluídos, e são o resultado do entrelaçamento das habilidades, conhecimentos e atitudes”.

Figura 3 – A formação das competências



Fonte: Ramirez (2000)

As modificações que estão ocorrendo e que alcançam a cultura contábil, de acordo com Sá (2003), são:

1. avanço prodigioso da informática;
2. internacionalização dos mercados e que imprimem modificações nos procedimentos de concorrência através de preços e qualidade;
3. declínio considerável da ética e da moral;
4. facilidade extrema da comunicação;
5. relevância dos aspectos sociais;
6. abusiva concentração da riqueza;
7. aumento considerável dos índices de miséria;
8. progressiva dilatação das áreas de mercados comuns;
9. avanço considerável das tecnologias e da ciência;
10. necessidade de preservar o planeta em suas condições ecológicas;
11. grandes esforços de harmonização de princípios e normas.

Todos esses fatores ambientais em relação à vida do patrimônio das células sociais, passaram a exigir comportamentos dos estudos contábeis em outros níveis, forçando, especialmente, uma visão holística. O contabilista de nossos dias não pode confinar-se mais, em matéria de conhecimento, a simples técnicas de registros e demonstrações, como agente passivo na execução de seus trabalhos.

6 - CONCLUSÃO

A exploração da biosfera pelo homem ameaça hoje a sua própria existência e delicado equilíbrio. Ao longo das últimas décadas, as pressões sobre o ambiente global tornaram-se auto-evidentes, fazendo erguer uma voz comum pelo desenvolvimento sustentável. Essa estratégia requer um novo enquadramento mental e novos conjuntos de valores.

A educação é essencial à promoção de tais valores e para aumentar as capacidades das pessoas de enfrentar as questões ambientais e de desenvolvimento. A educação a todos os níveis, especialmente a educação universitária para a formação de gestores e professores, deve ser orientada para o desenvolvimento sustentável e forjar atitudes, padrões de capacidade e comportamento ambientalmente conscientes, tal como um sentido de responsabilidade ética.

O mercado não mais aceita o descaso no tratamento dos recursos naturais. Os consumidores estão interessados em produtos limpos. A legislação torna-se mais rígida imputando sanções aos infratores, obrigando as empresas a encarar com seriedade e responsabilidade a variável ambiental em sua estratégia operacional.

Portanto, a Contabilidade não pode mais ignorar os problemas ambientais e sociais, porque ela forma um elo de ligação entre as empresas e a comunidade. A contabilidade vai despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, em sua gestão empresarial a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica.

O contador, como menciona Sá (2002), precisa comparecer nesse novo cenário, com disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, prosperidade das sociedades e valorização do homem. Deverá ser o agente capaz de disseminar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas a quem presta serviços. É ele o detentor de informações ricas e privilegiadas, e capaz de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisões.

7 – REFERÊNCIAS

CABELLO, G. MARTINELLO, C. C. Contador: formação e atuação profissional. In. CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2002, São Paulo. **Anais do 3 Congresso USP Controladoria e Contabilidade.**São Paulo - SP, 2002.

- CAPRA, F. **As conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.
- FILHO, J. M. D. Perspectivas e tendências da contabilidade para o século XXI. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade.** Goiana: GO, 2000.
- FRANCO, H. **A contabilidade na era da globalização.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GONZÁLEZ, C. L. ABADÍA, J. M. M. Global Reporting Initiative: Contabilidad y Sostenibilidad. **Revista Partida Doble.** n. 135, p. 80-87, jul/ago. 2002. www.partidadoble.es. Acesso em 15 de junho de 2003.
- GRAY, R. Responsabilidade, sustentabilidade e contabilidade social e ambiental: o setor corporativo pode se pronunciar? <http://www.gla.ac.uk> acesso em 23 de fevereiro de 2003.
- KORNHAUSER, A. **Criar oportunidades. Educação um tesouro a descobrir.** 6. ed.. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental – o passaporte para a competitividade. In. CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, 3., 2001, Belo Horizonte. **Anais da III Convenção de Contabilidade de Minas Gerais.** Belo Horizonte: MG, 2001.
- KRAEMER, M. E. P. O impacto da contabilidade do meio ambiente no sistema de gestão ambiental. In SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL, 2., 2002, Aquiraz. **Anais do II Seminário da Responsabilidade Social e Ambiental.** Aquiraz: CE, 2002.
- KRAEMER, M. E. P. A contabilidade rumo á pós-modernidade: um futuro sustentável, responsável e transparente. In Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003, Gramado. **Anais da IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul.** Gramado: RS, 2003.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro - RJ: ano 3, n. 09, p.19-26, ago/out.2000.
- MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. **Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior.** Paris: 1998.

MARION, J. C. SANTOS, M. C. Perfil do futuro profissional e sua responsabilidade social. www.crcpr.org.br. Acesso em 20 de março de 2003.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. www.centrorefeducacional.pro.br. Acesso em 25 agos/2003.

NASI, A, C, A contabilidade como instrumento de informação, decisão e controle de gestão. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, Ano 23, nº 77, abril/jun 1994.

RAMIREZ, P. A formação de competências para o profissional de nível técnico na área de gestão. **Dissertação apresentada no Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 2000, 120.**

SÁ, A. L. A função social do contabilista. **Revista Mineira de Contabilidade**. Belo Horizonte, MG: n. 3, p. 24-27, abr/mai/jun.2001.

SÁ, A. L. A nova realidade contábil e a concepção científica do neopatrimonialismo como ação intelectual além da inteligência artificial. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, DF: ano 31, n. 133, p.47-55, jan/fev.2002.

SÁ, A. L. **As grandes modificações do século que influem sobre a contabilidade**. www.sindicont-rio.org.br. Acesso 09 de setembro de 2003.

<http://gasa.dcea.fct.unl.pt> - Acesso em 20 de agosto de 2003.

www.globalreporting.org. Acesso em 15 de maio de 2003.